
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL*

DOI 10.18224/frag.v32i4.12875

GILBRAZ DE SOUZA ARAGÃO**
RAIMUNDO VALMIR DE OLIVEIRA***
ELIANE MARIA RIBEIRO DE VASCONCELOS****

Resumo: a violência é um fenômeno que se manifesta de formas diversificadas, exibindo diferentes configurações, por vezes, tangenciada pela intolerância religiosa, subprodutos dos fanatismos e fundamentalismos, como justificativas para perseguições, genocídios, terrorismos, conflitos étnicos e conformações variadas de intolerância. A intolerância não se constitui a única motivação para desencadear a violência; em certos casos, a religião é manipulada e usada incorretamente para justificar conflitos. Os atos de intolerância religiosa são crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humana. É uma forma de violência, física ou simbólica. São atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões e às pessoas que as professam. Diante do exposto, objetiva-se enfatizar a educação como uma ferramenta com potencial para promover o diálogo inter-religioso. Construir e divulgar informações objetivas e esclarecedoras sobre as religiões, se faz necessário. Instruir quanto a diversidade cultural, crenças, filosofias de vida e espiritualidades diversas, de modo a enriquecer a convivência.

Palavras-chave: *Violências. Intolerância. Religião. Educação. Diálogo inter-religioso.*

* Recebido em: 15.11.2022. Aprovado em: 29.12.2022.

** Doutor em Teologia pela PUC-RJ e Mestre pela Pontifícia Faculdade de Teologia de São Paulo, Graduado em Filosofia e Teologia. Professor Titular e Pesquisador nos Programas de Pós-graduação em Ciências da Religião e em Teologia na Universidade Católica de Pernambuco. Colaborador no Programa de Pós em Ciências das Religiões da UFPB. *E-mail:* gilbraz.aragao@unicap.br

*** Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Alagoas. Membro da Comissão do MEC para Reestruturação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e Elaboração do Catálogo Nacional de Cursos FIC. Atualmente é professor do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, IFPE - campus Pesqueira. Líder do Grupo de Pesquisa: Saúde Coletiva e Práticas Interdisciplinares. *E-mail:* raimundo.2020801054@unicap.br.

**** Pós-doutor pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, terapeuta Floral. Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Enfermagem de Saúde Pública pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora associada IV. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da UFPE. *E-mail:* emr.vasconcelos@gmail.com

A educação para o diálogo inter-religioso é aquela capaz de agregar pessoas em torno de objetivos convergentes, compartilhar preocupações cotidianas que promovam ações em vista do bem comum, em especial a pessoa humana, onde diferentes religiões poderão estar abertas ao encontro, ampliando contextos, a exemplo de causas relacionadas a ecologia, erradicação da pobreza, luta contra injustiças, proteção dos direitos humanos e, especialmente, das minorias. Para tal, o ensino sobre religião deve ser tratado na escola como objeto de estudo que contribui com a formação geral do cidadão, comporta dialogar com diversos setores, a exemplo da justiça, escolas e religiões, por meio da intersetorialidade.

Uma educação competente no preparo para o diálogo caracteriza-se como aquela que respeita a identidade religiosa de cada indivíduo, sem, contudo, fechar-se para a religião do outro, aberta a dialogar com todas as crenças, sem privilégios, em uma atitude inclusiva e transdisciplinar, que reconhece a importância e o igual valor que tem todas as religiões. Portanto, a educação para o diálogo no campo religioso é uma interface necessária para o esclarecimento quanto a diversidade cultural, crenças, filosofias de vida e espiritualidades diversas existentes, de modo a rebaixar a intolerância que gera discriminação, exclusão e, até a violência.

EDUCAR PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE

A violência, desde a antiguidade, é um fenômeno recorrente na história, manifestando-se de formas diversificadas, exibindo diferentes configurações, por vezes emerge como uma das facetas da intolerância, subprodutos dos fanatismos e fundamentalismos de toda espécie, como justificativas para perseguições, genocídios, terrorismos, conflitos étnicos e conformações variadas de intolerância.

Os sucessivos eventos violentos decorrentes de conflitos religiosos que vem se repetindo em várias partes do mundo, desde o final do século passado até os dias atuais, reclama uma inflexão, considerando que, estranhamente, são conflitos desencadeados em nome de Deus ou de outra divindade que se queira nominar.

É inegável que muitos desses conflitos sucedidos, ou os que ainda persistem ao redor do mundo, tem motivação religiosa direta ou indiretamente; quando não, “a religião é manipulada e usada incorretamente para justificar conflitos, agressões e assassinatos deliberados de seres humanos” (CMI, 2019, p. 6), configurando-se assim, como um dos problemas presentes na agenda de preocupação da humanidade, no século presente. Com isso, suspeita-se existir uma interconexão entre religião e violência, inflamado por atos de intolerância.

Porém, é certo, que a intolerância não se constitui como motivação única para desencadear a violência, haja vista existir, hoje, diversos fatores que contribuem para a violência: “Mau governo, corrupção, aumento do sectarismo, secularismo militante, nacionalismo excludente e movimentos populistas, dominação regional e desigualdades econômicas globais” (CMI, 2019, p. 6).

Em razão de sua gravidade, impacto e capacidade de afetar a todos, a violência é um fenômeno passível de modificação, para isso, precisa ser percebida como algo previsível e evitável. A percepção desse fenômeno deve impulsionar o debate, considerando tratar-se de um evento de extrema gravidade, ainda mais quando desencadeado por questões de intolerância religiosa. Aliás, “Um aspecto peculiar da maioria dos conflitos contemporâneos é a aparente e, por vezes, dramática associação entre violência e religião” (CMI, 2019, p. 6). Desses fatos, questiona-se quais os encaminhamentos possíveis para reverter tal fenômeno?

Os atos de intolerância religiosa são crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humana. É uma forma de violência, física ou simbólica, apontada como:

[...] um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas à diferentes crenças e religiões e às pessoas que as professam, podendo em casos extremos tornar-se uma perseguição e incluir atos de agressão física, caracterizadas pela ofensa, discriminação e até mesmo por atos que atentam à vida, e são imputáveis como crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana (FONSECA, 2018, p. 24).

Intolerância religiosa e violência são conceitos que estão articulados com diferentes temas, principalmente, com a questão do Estado laico, laicidade e laicismo, e de como a questão religiosa é tratada no espaço público, como os conflitos religiosos são dirimidos pelo Estado, que compreende, muitas vezes, o fenômeno como ato de menor importância, ou que deve ser resolvido na esfera privada, individual (BRASIL, 2016, p. 90).

Diante das celeumas que emergem desses conflitos, o Estado tem por dever intervir. Para tanto, deve-se evocar a laicidade do estado e promulgar a diversidade religiosa. Além do que, no Brasil, conflitos religiosamente motivados, sempre vêm acompanhados de outras discriminações, tais como injúrias raciais e acusações homofóbicas (NOVAES, 2016, p. 12).

Em resposta às demandas de reconhecimento identitário e, por meio da criação de organismos nacionais voltados para os direitos humanos, criou-se, ao nível de Estado, programas e ações voltadas para a valorização da diversidade brasileira. Evocando documentos internacionais, que induzem uma perspectiva multicultural. Neste contexto, “foi criado o dia nacional de combate à intolerância religiosa - 21 de janeiro - por meio da Lei n.º 11.635, de 27 de dezembro de 2007. A partir destas ações, o Estado reconhece, oficialmente, a necessidade incontestável de combater – ao menos ‘em tese’ – a intolerância religiosa” (NOVAES, 2016, p. 12).

Mesmo assim, a ignorância atrelada a fatores culturais, sociais e econômicos, estão na raiz da intolerância religiosa. Em um contexto, diversos, como o nosso, o respeito ao pluralismo religioso, conquistado às duras penas, deve ser garantido, de forma que os conflitos que envolvem diferentes grupos religiosos em práticas de intolerância devem ser combatidos, e buscadas alternativas para que o Brasil experimente, cada vez mais e de forma plena, o respeito à diversidade religiosa (BRASIL, 2016).

A liberdade religiosa e de culto são direitos humanos fundamentais garantidos por vários documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto San José da Costa Rica) e nacionalmente pela Constituição Federal, compreendendo assim que a liberdade de escolher, viver e cultivar ou não uma religião compõe o núcleo de direitos que garantem uma vida digna a cada cidadã ou cidadão brasileiro e, por isso, tais direitos devem ser tratados com igual importância e consideração frente aos demais direitos, justificando ainda mais a necessidade de reparação quando violados (BRASIL, 2016, p. 99).

Portanto, a intolerância é a negação e/ou a tentativa de suprimir uma religião em benefício de outra. Tem como fundamento a ignorância e a desinformação.

No Brasil, as denúncias de discriminação religiosa¹ atingiram, no ano de 2015, seu maior número desde 2011. Foram 252 casos. Houve um aumento de 69% em relação a 2014 e

a maioria dos fatos envolveu o povo de santo das religiões afro-brasileiras, com cultos de imprecações cristãs contra os seus terreiros e agressões aos seus símbolos e aos seus membros.

Não somente as religiões de matriz africanas são alvo de intolerância religiosa. Em 2014, uma série de ataques a igrejas católicas foi registrada pela polícia mineira. Pelo menos sete igrejas do interior de Minas Gerais foram incendiadas e tiveram suas imagens quebradas (ARAGÃO *et al.*, 2016a).

Infere-se com isso, que certas hostilidades reivindicam, erroneamente, uma certa superioridade de uma religião sobre as outras, ou quiçá, um pretenso anseio de uniformizar as religiões a partir da eliminação das “falsas religiões” - alcunha deferida contra quem não professa o mesmo credo. Tal postura, quase sempre, conduz a desfechos extremistas, como a tentativa de eliminação de pessoas ou grupos, e em contextos mais amplos, guerras, terrorismos e “limpezas étnicas”, consequência de uma militância fundamentalista extremada.

As diversas oposições presentes na sociedade, projeta-se para uma categoria de abstração, como se fosse possível padrões uniformes de culturas. Decorre, então, um certo idealismo, como se não fosse possível conviver com o contraditório, o qual deve ser extirpado. Falta de uma cosmovisão que considere a pluralidade religiosa, recusa o respeito devido as outras religiões, e a outros modos de vida; assim como, as que não seguem nenhuma religião. As religiões afro-brasileiras são exemplos de religiões que sofrem com a intolerância.

Devemos respeitar a religião do outro - mesmo que não concorde com algumas crenças, não é necessário zombar delas ou ignorá-las, nem mesmo ridicularizar seus ritos, mitos, símbolos, objetos e espaços sagrados - assim como queremos ter a nossa respeitada. No entanto, a tolerância transcende o simples respeito, advoga atitude de hospitalidade e reverência para com o outro. A base para uma boa convivência é o respeito, antídoto contra o fundamentalismo e a violência religiosamente instigada.

O respeito à diversidade é um dos valores mais importantes no exercício da cidadania. Convém, inicialmente aceitar que os seguidores de diferentes religiões consideram suas crenças como verdadeiras e, talvez, a única verdade que admitem. Em seguida, permitir que os outros tenham crenças diferentes e poderem, livremente, sem coerção de qualquer espécie mudar de religião, denominação ou crença. Por fim, trabalhar em prol da garantia de livre práticas religiosas, nos limites da razão, cultura e sociedade (SILVA, 2004, p. 10).

Partindo do exposto, objetiva-se enfatizar a educação como uma ferramenta com potencial para promover o diálogo inter-religioso. Para este fim, se faz necessário construir e divulgar informações objetivas e esclarecedoras sobre as religiões. Ensinar que a diversidade é uma riqueza, que as religiões devem aproximar as pessoas, não as afastar. Ensinar a superar barreiras e, unirem-se em torno de grandes causas comuns e atitudes pacificadoras.

Para enfrentar tal situação, Aragão (2016b) considera pertinente algumas soluções a serem empreendidas pelo poder público, mas também pelo todo da sociedade. O autor sentencia que temos criado legislação e políticas, mas precisamos mesmo é de (re)educação.

Somente a escola pode terapeutizar a vivência da religião e as relações entre as religiões. Mas a escola como lugar de aprendizagens críticas e transdisciplinares dos conhecimentos espirituais, enquanto patrimônio cultural da humanidade. Cabe à comunidade educativa refletir sobre as diversas experiências religiosas que a cercam, analisar o papel dos movi-

mentos e tradições religiosas na estruturação e manutenção das culturas, rompendo com relações de poder que encobrem e naturalizam discriminações e preconceitos. Cabe à escola refletir sobre o fenômeno humano de abertura para a transcendência, em busca de interpretações mais universais e significados mais profundos para o que é experimentado como sagrado em cada cultura (ARAGÃO, 2016b).

Nesta perspectiva, o ensino sobre religião deve ser tratado na escola como objeto de estudo que contribui com a formação geral do cidadão, em um exercício de ciência a ser feito com os estudantes sobre as religiosidades e espiritualidades em suas expressões simbólicas e valorativas (ARAGÃO, 2016b). Portanto, o ensino sobre as religiões deve enfatizar as diversas expressões religiosas, considerando que as religiões fazem parte da cultura e da vida humana.

Combater a intolerância religiosa requer, ainda, ações coordenadas e abrangentes, que comporte diálogo entre religiões, justiça, escola e outras esferas. As religiões/igrejas tem papel ímpar. Fomentar ações na perspectiva dialógica, pluralista, inclusiva, considerando que nenhuma realidade pode ser descartada. É um elemento irrenunciável para o estabelecimento de uma fraternidade universal, centrada na justiça, para extirpar as desigualdades. “Exige espírito aberto para as novidades que o encontro promove. Ele, efetuado sob o chamado princípio pluralista, convida crentes e não crentes, religiões, espiritualidades e culturas para entrar nesta dinâmica dialógica” (PANASIEWICZ, 2020, p. 17).

No que tange à justiça é dá visibilidade aos crimes de intolerância religiosa, fazendo com que a lei seja, de fato, cumprida tratando os atos de intolerância conforme prescrito na lei, e que o poder judiciário considere as múltiplas expressões religiosas existentes (GUIMARÃES, 2018, p. 56).

A escola, como lócus propícios para a educação multicultural, sem privilegiar uma religião específica, deve propiciar um ensino na perspectiva das ciências das religiões, onde os conhecimentos tenham legitimidade científica.

O Ensino Religioso, como cada vez mais é compreendido, deve tratar pedagogicamente do conhecimento espiritual que existe entre e além de todas as tradições místicas, religiosas e não religiosas, devendo tematizar seus conteúdos simbólicos nos espaços e nos tempos sagrados, bem como os valores humanos que as espiritualidades resguardam. Trata-se, então, de comparar criticamente e interpretar os fatos – também religiosos – em seus contextos históricos, em busca de significados mais profundos para esse patrimônio cultural da humanidade que são as espiritualidades filosóficas e religiosas (ARAGÃO; SOUZA, 2017, p. 147).

Nesta intersetorialidade, comporta destacar o papel da mídia na educação para a tolerância e o respeito, com cobertura jornalística que dê visibilidade abrangente a temática da intolerância religiosa, como uma demanda da sociedade, que precisa ser amplificada e tratada com maior acuidade.

Uma educação competente no preparo para o diálogo caracteriza-se como aquela que respeita a identidade religiosa de cada indivíduo, sem, contudo, fechar-se para a religião do outro, aberta a dialogar com todos os saberes, sem privilégios, em uma atitude transdisciplinar, a qual reconhece que todos os saberes têm valores equivalentes, que todas as formas de conhecimentos são igualmente importantes. Por isso, não pretende, de forma alguma, legitimar um saber específico.

Uma educação para a tolerância poderá combater a indiferença e reforçar a valorização da diferença enquanto riqueza da diversidade humana. Diante do fato de as pessoas conviverem com inúmeros casos de intolerância, a tolerância se destaca como uma exigência de justiça e, como um dever, funciona como prevenção da intolerância. Defender a tolerância é possibilitar às pessoas uma convivência na sociedade onde ninguém seja excluído, discriminado, estigmatizado por algo que o torna diferente dos demais (RONSI, 2020, p. 281).

É neste campo fecundo de experiências positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, que a abertura ao diálogo deve ser enriquecido, em vista da defesa dos direitos humanos e da terra, do estabelecimento da paz, da justiça e da sustentabilidade da vida; de uma espiritualidade que possa corresponder aos processos sociopolíticos de aprofundamento democrático, de consolidação de direitos, de crítica às mais variadas formas de dominação, e à busca de alternativas à lógica imperial econômica (RIBEIRO, 2018).

Portanto, a coexistência equitativa em um mesmo espaço geográfico e temporal de uma diversidade de culturas, de tradições e de religiões, é uma verdadeira revolução, enriquecedora, humanizante e única na história humana.

DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL

São diversas as religiões e religiosidades, no Brasil, que precisam ser respeitadas, e engendrar um itinerário educativo para o respeito e a tolerância. É ilustrativo, a composição da diversidade dos grupos de religiões existentes em nosso país apontado no último censo, assim composto: Católica Apostólica Romana; Católica Apostólica Brasileira; Católica Ortodoxa; Evangélicas: Evangélicas de Missão (Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista, Outras Evangélicas de Missão), Evangélicas de Origem Pentecostal (Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã do Brasil, Igreja O Brasil para Cristo, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Casa da Bênção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, Evangélica Renovada não determinada, Comunidade Evangélica, Outras Igrejas Evangélicas de Origem Pentecostal), Evangélica não determinada; Outras cristãs; Outras religiosidades cristãs; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; Testemunha de Jeová; Espiritualista; Espírita; Umbanda; Candomblé; Outras declarações de religiosidades afro-brasileiras; Judaísmo; Hinduísmo; Budismo; Novas religiões orientais: Igreja Messiânica Mundial, Outras novas religiões orientais; Outras religiões orientais; Islamismo; Tradições esotéricas; Tradições indígenas; Outras religiosidades; Sem religião: Sem religião, Agnóstico, Ateu; Não determinada e múltiplo pertencimento: Religiosidade não determinada ou mal definida, Declaração de múltipla religiosidade.

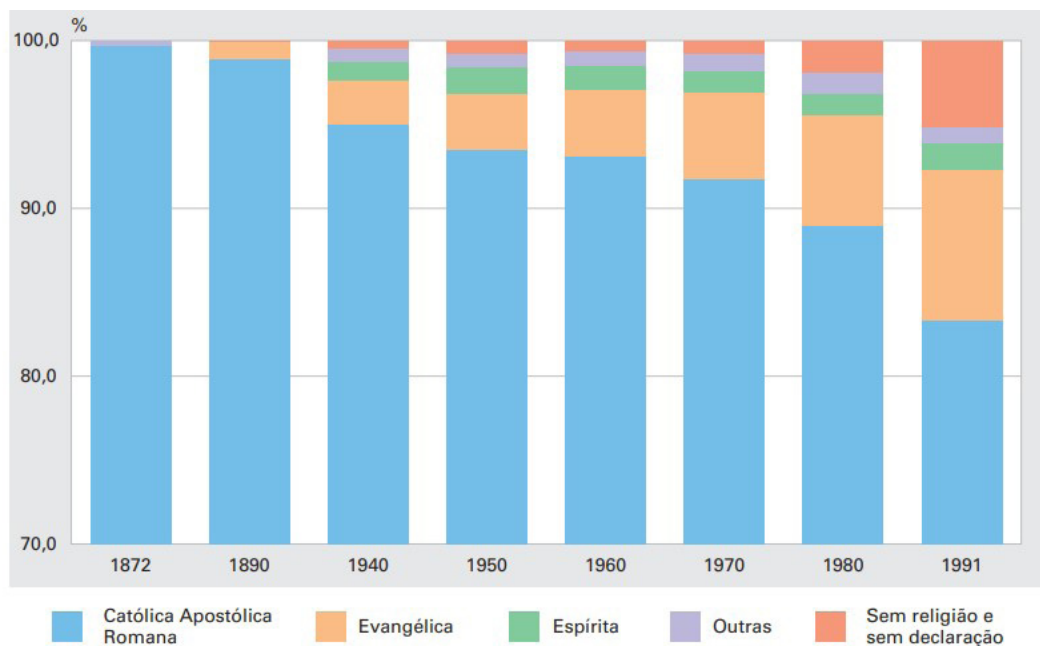


Figura 1: Percentual da população por grupos de religião Brasil – 1872-1991
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010, p. 90.

No censo de 2010, acentuou-se a tendência dos evangélicos pentecostais convertendo católicos (os católicos ficaram com 64% e os evangélicos com 22%, mas é possível que os católicos se reduzam a 50% da população em 2030), e de crescimento dos espíritas e dos sem religião. Certamente, o espiritismo alcança mais do que os 2% dos declarantes no Censo, pois há uma “impregnação espírita” na sociedade brasileira que escapa à abordagem estatística. O Censo disse ainda, que no Brasil, os sem religião passaram a 8%. No entanto, levantamentos recentes de institutos de pesquisa indicam que já chegaram a 14% e, entre os jovens, de 16 a 24 anos, o percentual dos sem religião chega a 25% em âmbito nacional, e a 30/34%, em São Paulo e no Rio, respectivamente. Ao mesmo tempo, o Censo atesta uma invisibilização e uma marginalização das nossas religiões originárias e tradicionais: os indígenas praticamente não aparecem, e somente 0,3% da população se declarou de umbanda e candomblé, com uma retração vista até em relação ao levantamento anterior. Cresce, no Brasil, uma intolerância religiosa evangélica e pentecostal, racista e classista, que pretende arrancar as deidades indígenas e dos negros e/ou pobres, para poder explorar melhor o seu trabalho, os seus corpos, a sua riqueza cultural.

Compreendemos diversidade religiosa como um conceito descritivo que possibilita captar o fenômeno observável da vasta quantidade de ofertas religiosas e de espiritualidades disponíveis e apresentadas em dado contexto social. Neste sentido, a noção de diversidade, aqui entendida como sinônimo de pluralidade, se distingue do conceito ético-normativo e político de pluralismo religioso. Este termo, em geral, é utilizado para se pensar as possibilidades de convivências justas, dialógicas, respeitadas e democráticas entre os diferentes grupos religiosos, incluindo a relação entre religiosos e não religiosos. A valorização do pluralismo religioso requer, portanto, plataformas políticas que gerem intervenções sociais e atitudes concretas dos diferentes grupos e instituições, mediadas democraticamente pelo Estado (RIBEIRO; ARAGÃO; PANASIEWICZ, 2020, p. 8).

Vamos fazer aqui, então, uma cartografia dos grupos religiosos principais, mas começando e destacando as religiões originárias ou tradicionais. De acordo com o Censo de 2010, existem no Brasil cerca de 900 mil indivíduos indígenas, vivendo tanto em territórios indígenas quanto em centros urbanos, divididos em cerca de 256 grupos e falantes de mais de 150 línguas diferentes. Atualmente, as línguas indígenas faladas no Brasil são divididas em dois troncos principais, Tupi e Macro-Jê, e 19 outras famílias linguísticas fora dos troncos. A religiosidade comum a esses grupos pode ser descrita como xamanismo ou pajelança. Os pajés organizam a reza em experiências extáticas e realizam curas através dos espíritos da natureza, em oferendas marcadas pelo compasso dos maracás e baforadas dos cachimbos. Mais do que curandeiros ou feiticeiros, eles desenvolvem a habilidade de transitar, como diplomatas, entre as diversas corporeidades e olhares que estruturam o mundo, acessando as forças espirituais que os animam. Assim, são religiões animistas, pois consideram que todos os seres da natureza possuem espíritos, mas também multinaturalistas, pois acreditam que todos os seres vivos são gente, têm uma humanidade latente em seus corpos.

Como os nossos candomblés, umbandas e juremas, as religiões indígenas respondem à questão sobre o que anima mesmo a vida da gente. Buscam religação com os espíritos da natureza, através de rituais de sacrifícios e da incorporação por meio do êxtase, dos estados alterados de consciência e de sonhos reveladores. Essa religiosidade originária, transmitida por tradição oral, geralmente acredita que as almas das pessoas e de todos os seres vivos, os seus “sopros de vida”, sobrevivem à morte. Vão habitar lugares sagrados e precisam ser agraciadas com oferendas para trazer força e saúde para a comunidade. Às religiões indígenas somaram-se e muitas vezes se misturaram os cultos às almas dos colonos portugueses e as religiosidades dos negros aqui escravizadas.

Atualmente, as religiões afro-indígenas-brasileiras podem ser reunidas em três grupos, a começar pelos candomblés. Candomblé é uma religião constituída no Brasil a partir das contribuições de vários povos africanos trazidos como escravos, que reuniram as divindades das suas nações étnicas e territoriais, como os nagô/iorubá, para constituir as Famílias de Santo nos terreiros brasileiros. Acreditam em um ser criador e na existência do cosmo transcorrendo em dois planos, *aiyê* e *orum*, o universo físico e o seu duplo divino, para cujo aconchego dos antepassados devemos retornar sob a guia dos espíritos da natureza: os santos ou *orixás*, arquétipos de orientação psicossocial. Além do culto, que inclui dança e êxtase marcado pela roda e pelos tambores, sacrifício de animais e oferenda de alimentos a essas divindades maiores, pelos filhos nelas iniciadas, os candomblés também realizam rituais de feitura do *ori* ou cabeça, da instalação do “anjo da guarda” pessoal, bem como rituais de propiciação das almas dos ancestrais ou *eguns*. Há ainda, de forma mais reservada, a consulta ao *ifá*, oráculo que prevê o destino pelos *búzios*.

A vida religiosa está centrada ao redor de interditos sociais e do sacrifício e das oferendas para os *orixás*, o *ori* e os *eguns*, no ritmo cíclico da natureza, criando uma economia de reciprocidade entre os filhos de santo e com as divindades. Esse oferecimento de comida, seguido de imediata metamorfose em banquete para os devotos, e a transferência de renda nas oferendas, levam a pensar que o candomblé é bom para rezar, para se orientar e para comer também. Para viver bem e encantar a vida com sabedoria, enfim.

O segundo grupo das religiões afro é o das umbandas. Umbanda é uma religião brasileira que se constituiu a partir do encontro das perspectivas religiosas da matriz africana, sobretudo o culto banto aos antepassados, com as tradições ameríndias e as crenças do catolicismo popular e do espiritismo. Então, tem a crença católica em Deus, mas influência da pajelança indígena como o culto aos *caboclos* e, também, a noção *kardecista* de reencarnação: quem obedece às injunções do culto

reencarnará numa situação social superior, formando uma cadeia sucessiva até à bem-aventurança final. Cultiva-se, assim, uma moral personalizada e a noção dualista de bem e mal. Nas umbandas não há sacrifícios de animais e as festas são mais circunspectas e ritmadas pelas palmas, destacando-se nos rituais a incorporação mediúnic: os consulentes escutam conselhos e direcionamentos de antepassados, através dos médiuns, para seus problemas financeiros, amorosos, terapêuticos e lúdicos. Acredita-se em um ser divino supremo chamado “Deus” e abaixo dessa divindade há os orixás, cultuados em sete linhas doutrinárias, e, abaixo deles, os ancestrais: preto-velhos (escravos mansos e sábios), caboclos (indígenas corajosos e defensores) e exus (malandros e subversivos, como Zé Pilintra e Pomba-gira), que se entregam através do êxtase mediúnico. As umbandas fazem de conta que estão de acordo com a espiritualidade branca e europeia, mas instauram um acesso ao sagrado aberto à controvérsia.

Por fim, o terceiro grupo das religiões tradicionais congrega entre nós as encantarias. Encantarias são religiões em que se cultuam mestres, encantados e caboclos, homens e mulheres que passaram a viver em um mundo mítico sem ter propriamente morrido: “eles se encantaram”. As encantarias são formadas a partir da pajelança indígena, do catimbó ou culto à jurema, mesclado com a devoção aos antepassados dos negros banto e da devoção às almas dos colonos sertanejos. Estão presentes na Amazônia e na Chapada Diamantina (onde se cultua o Jarê), no Maranhão (onde se realiza o Tambor de Mina), no eixo Rio-São Paulo (com a Encantaria de Mina) e em Pernambuco (onde se realiza o Catimbó ou Jurema). As encantarias recuperam a ancestralidade das tradições indígenas na figura do pajé ou mestre, que prorrompe tomado em êxtase com o uso de ervas e cachimbos, realiza curas e faz previsões, vidências. As entidades encantadas possuem histórias lendárias e vivem em uma região subterrânea, podendo nos assistir na angústia e na agonia, física ou afetiva.

No caso da Jurema, as casas são compostas do quarto dos espíritos ou caboclos (que ficam numa mesa, em copos chamados príncipes e princesas, formando uma “cidade de jurema” com os seus portais) e de um salão para a dança ou “gira”. O juremeiro recebe espíritos dotados de poderes curativos associados à jurema (Mimosa hostilis, um espinheiro do sertão), que é usada em garrafas. Há também reuniões de celebração, quando os juremados (que possuem espíritos “firmados” na casa) entram em êxtase e podem oferecer mensagens, entrecortadas por cantos acompanhados de palmas e maracás. Na festa pública, denominada “gira” ou “toré”, os participantes dançam toda uma noite em roda, acompanhados de tambores no salão da casa. Animais de caça são sacrificados em oferendas, os “catimbós”. Igualmente à umbanda, os exus são invocados e incorporam aleatoriamente, depois os caboclos ou espíritos de índios e os preto-velhos. Homens e mulheres se agacham então para tomar a “jurema”: casca da jurema, cachaça e mel. Após a meia-noite chamam-se os “Senhores Mestres”, as entidades centrais da casa, e finalmente os exus “mais pesados”, que levam a “brincadeira” a um êxtase de confraternização.

Se observarmos o universo das religiões presentes no Brasil a partir dos números dos nossos censos demográficos, não resta dúvida de que somos um país composto por absoluta maioria de cristãos. Mais de 80% da população se declara adepta de alguma comunidade cristã. Se isso leva a sermos um país onde são vividos os valores ensinados por Jesus Cristo, já é outra discussão (BERKENBROCK, 2019, p. 27)

Por conseguinte, o cristianismo, religião majoritária no Brasil, possui várias denominações e várias camadas culturais de envolvimento. A principal expressão cristã entre nós ainda é a católica, que se apresenta como uma comunidade dos seguidores do Cristo morto e ressuscitado. Seu

propósito é a conversão ao ensinamento e à pessoa de Jesus Cristo, em vista do Reino de Deus. Sua doutrina foi elaborada ao longo dos Concílios, a partir da bíblia, refletida pelos Pais e Doutores da Igreja. As partes principais da doutrina são o Credo, os Mandamentos e os Sacramentos. Entre as crenças, está a da Santíssima Trindade: Deus é, simultaneamente, uno e trino: o Pai, o Filho encarnado em Jesus e o Espírito Santo, que estabelecem entre si uma comunhão perfeita, sinal e instrumento para a vida dos cristãos na Igreja. A Igreja define-se pelas palavras do Credo como: una, santa, católica e apostólica. Além disso, é conhecida por: Corpo de Cristo, Povo de Deus, Templo do Espírito Santo. Na Igreja, as celebrações sacramentais do Batismo, Crisma, Eucaristia, Matrimônio, Penitência ou Confissão, Ordem e Unção dos Enfermos atualizam a presença de Jesus e alimentam para a vida no amor. Os católicos contam também com expressões devocionais aos santos, para crescerem na fé.

Mas essa devoção acessória é, na prática, central para os católicos no Brasil. As irmandades e confrarias, voltadas para a celebração do culto e das devoções aos santos e almas, foram o principal suporte da religião no Brasil. Eram grupos de leigos, autônomos em sua atividade religiosa, que organizavam e abrilhantavam as festas nas quais o padre era convidado, para dizer missa e fazer “desobriga”. Nos outros dias do ano, até fins do século XIX, as práticas religiosas eram de âmbito familiar ou pessoal: os oratórios domésticos e os velórios, os cruzeiros para mortos, as curas dos benzedores. Nesses momentos, as pessoas com mais qualificação dirigiam as celebrações e as romarias dos santos, que os portugueses trouxeram da sua Idade Média e aqui se misturaram com encantados e espíritos dos indígenas e afro-brasileiros.

O catolicismo caracterizado pela paróquia com a missa dominical cheia de gente, pelas associações pias e festas do mês de maio e do padroeiro, pelas procissões e pelo vigário de batina, enfatizando a piedade e a moralidade, é um catolicismo implantado no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. A estratégia dos bispos reformadores e de seu clero era desvalorizar os leigos, principalmente substituindo as devoções aos santos tradicionais por outras que na Europa combatiam o liberalismo anticlerical: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora Auxiliadora e o Sagrado Coração de Jesus. Daí surgiu o Apostolado da Oração, que estatutariamente coloca o vigário na diretoria, a exemplo das demais associações para leigos fundadas na época (Filhas de Maria, Liga Católica, Cruzada Eucarística). As antigas Irmandades foram passando para o controle paroquial. Ao mesmo tempo, festas como a da Coroação de Nossa Senhora vieram substituir as Folias de Reis e do Divino, Procissão das Almas e as Festas Juninas. Ao trazer as imagens dos oratórios para os templos paroquiais, o clero tornou-se o principal festeiro. Para isso, os vigários contaram com a força das “missões populares” e com a ajuda de congregações que substituíram ermitães dos centros de romaria. Mas se tal “romanização” chegou a estabelecer novas estruturas eclesiais, contudo, as escolas, sacramentos paroquiais e associações piedosas atingiram poucos católicos.

A maioria da população, conservando elementos da tradição antiga, reinterpretou o catolicismo romanizado e pratica sua religião de modo privatizado e/ou em comunidades de “cura divina”, muito inconstantes e abertas ao sincretismo. O núcleo é a devoção aos santos, não somente os canonizados, também as denominações locais e familiares (crianças sofridas) e santos anônimos (almas vaqueiras). Além do que, em cada imagem, ainda que do mesmo santo, há um santo diferente: carregado com outros poderes de intermediação para o Deus, criador, todo-poderoso. As relações entre o fiel e os santos podem assumir uma modalidade devocional, através de uma aliança estabelecida pela consagração no batismo ou por um voto, em que o santo se apresenta como padrinho celeste e o fiel assume sua devoção de acordo com as particularidades do santo (pão de Santo Antônio, velas para as almas, terço para Nossa Senhora). Outra relação é a contratual, onde o santo concede uma graça e o fiel paga uma promessa.

Em todo caso, a característica comum é o relacionamento direto e pessoal: o santo está ao alcance imediato da pessoa. Esse catolicismo privatizado, todavia, é suplementado pelas práticas sacramentais do catolicismo romano, como o batismo, primeira comunhão, casamento e os funerais, além das festas dos padroeiros e da Semana Santa. Ou então, ele recebe suporte nos pentecostalismos urbanos modernos, sintetizando toda a santidade em Jesus Cristo ou no seu Espírito, substituindo a promessa pelo “voto”, mas recorrendo às bênçãos e exorcismos como antigamente.

Essa religiosidade popular, que aponta para santos intermediários, recebeu uma nova evangelização em fins do século XX, depois do Concílio Vaticano II, que colocou a bíblia nas mãos do povo e popularizou a liturgia, permitindo repensar as paróquias como assembleias de comunidades. Mas ela desdobrou-se em duas tendências: o catolicismo de renovação, de Comunidades Carismáticas e Movimentos Espirituais que visam a uma experiência íntima do Espírito (no estilo do pentecostalismo americano), e o catolicismo de libertação, popularizando as experiências de organização dos leigos da Ação Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais engajadas, criando uma espiritualidade em torno do seguimento de Jesus na práxis política.

E aqui precisamos falar dos outros cristãos. Com efeito, o movimento cristão sofreu divisões traumáticas que começaram já no século V com os nestorianos e monofisistas e, mais tarde, seguiram com a cisão da ortodoxia oriental sob o patriarca Miguel Cerulário, no século XI. A separação mais famosa foi a das Igrejas Protestantes (luteranas, calvinistas e anglicanas) no século XVI, contudo ela foi seguida por rupturas suscitadas no Concílio Vaticano I em fins do século XIX e, no século XX, por movimentos escatológicos e pentecostais, grupos de ativismo social e, também, de evangélicos curadores.

O Brasil foi atingido por aquela Reforma Protestante, marcada pelas teses de Lutero em 1517, que deslançaram uma agitação religiosa ensejada pelo mundo moderno, urbano e comercial, contra o medievo agrícola e rural. Teses libertárias, ainda que nos limites da emancipação burguesa, ampliando e pluralizando, porém, a compreensão de Igreja. O movimento da Reforma propôs novas formas de viver a fé cristã a partir do protesto contra as indulgências, práticas de penitência associadas a finanças pela Igreja Católica Romana, para os fiéis alcançarem perdão e salvação por intermédio do clero.

A Reforma insurgiu-se contra uma tradição que não era a mais originária do cristianismo, mas refletia a inserção da Igreja no mundo político do Império Romano, desde o século IV, tendo se cristalizado graças a Gregório VII e à sua luta para defender-se dos Príncipes, a partir do ano 1000. Aí se passou de uma Igreja-comunidade para uma Igreja identificada com a sociedade e fundamentada na “sociedade perfeita” dos religiosos. Em suas origens bíblicas e patrísticas, é toda a Igreja que faz e celebra a eucaristia (sempre presidida por pastores próprios) e é a eucaristia que faz e constitui a Igreja. A partir do segundo milênio, a eucaristia é celebrada pelo clero, e é este o que constitui realmente a Igreja romana.

O Brasil recebeu o protestantismo de missão dos reformadores europeus através de colonos e, mais tarde, dos imigrantes. Mas acabamos mais atingidos pelos evangélicos pentecostais vindos dos Estados Unidos. Desde 1850 chegaram pregadores com uma mensagem baseada em princípios puritanos e em uma busca constante por santidade. Todavia, o movimento de renovação pentecostal iniciado nos EUA em 1906 (com muita influência do jeito de rezar animado e de êxtase dos antigos escravos africanos) veio para o Brasil, acreditando que o dom da glossolalia (o falar em línguas estranhas), além de um sinal visível do batismo do Espírito Santo é uma segunda bênção, depois da justificação. Segundo o censo de 2010, dentre as Igrejas evangélicas em território brasileiro, a Igreja pentecostal Assembleias de Deus é a que possui o maior número de membros: mais de 12 milhões.

Fundada no ano de 1956 pelo missionário pernambucano Manoel de Mello, a Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo foi a primeira comunidade pentecostal fundada por um brasileiro. Trouxe como inovação missionária o uso do rádio e da televisão, além de grandes espaços, como os estádios de futebol, para realização de cultos evangelísticos. A manifestação dos dons, como o da cura divina, foi uma das marcas dessa nova onda pentecostal. O pentecostalismo clássico, marcado pela glossolalia, cedeu lugar às cruzadas evangelísticas e curas divinas de um novo pentecostalismo, nas décadas de 1950 e 60, e foi suplantado pelo neopentecostalismo, em fins da década de 1970. As Igrejas Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980), Igreja Apostólica Renascer em Cristo (1986), Comunidade Sara Nossa Terra (1992), Igreja Mundial do Poder de Deus (1998) e Igreja Apostólica Plenitude do Trono de Deus (2006) são as mais expressivas denominações neopentecostais no Brasil.

Essas Igrejas, que representam 60% da totalidade dos evangélicos segundo o Censo de 2010, são marcadas pela Teologia da Prosperidade e do Domínio ou Combate, pregam curas de doenças e exorcismos como consequência da demonização das divindades de outras religiões, a quem associam todo mal financeiro, físico ou sentimental. Elas buscam a prosperidade material como atestação de bênção divina, apostam massivamente em tecnologias de comunicação social para socializar sua mensagem e na organização eclesial em células ou pequenas comunidades. Enquanto os primeiros evangélicos buscavam fugir do mundo e da sua política, os neopentecostais têm um projeto de poder e ocupação do espaço público em uma espécie de nova cristandade, como atestam as Marchas para Jesus, a produção de uma cultura “gospel” e as bancadas políticas da bíblia e suas bandeiras moralistas. Mas não se pode confundir as pautas por vezes interesseiras de suas lideranças, com a boa fé e boas práticas das comunidades que encontram inspiração humana e ajuda mútua em torno das leituras bíblicas e dos cultos animados do neopentecostalismo cristão.

As maiores tradições religiosas do mundo, com exceção do cristianismo, estão presentes no Brasil em números bastante pequenos de fiéis. Os adeptos do islã, do hinduísmo e do budismo, mesmo somados, não chegam a 400 mil pessoas (0,2% da população). Essas tradições vieram ao Brasil em condições e momentos bastante diferentes (BERKENBROCK, 2019, p. 27).

Por último, uma palavra sobre o espiritismo, que é a religião que mais cresce no Brasil e para onde se mudou a sua sede mundial. Os dados do Censo de 2010 indicam um crescimento importante, com respeito ao anterior: de 1,3% para 2%. Mas o espiritismo é muito mais impregnado em nossa cultura do que atestam esses números. Os espíritas acreditam em Deus como inteligência suprema, na imortalidade da alma e na comunicabilidade dos espíritos pelas diversas mediunidades (capacidade que os céticos relacionam à leitura de outras mentes pelo médium), acreditam na pluralidade dos mundos habitados conforme a evolução no processo de reencarnações das pessoas, bem como na caridade como preceito basilar para o desenvolvimento espiritual.

O espiritismo busca estudar os fenômenos mediúnicos ou provocados pelos espíritos como fatos naturais, à luz da razão e em diálogo com as ciências. Para o espiritismo não existe o sobrenatural. Como religião, o espiritismo tem por objetivo a transformação moral do homem, revivendo os ensinamentos de Jesus Cristo, na sua verdadeira expressão de simplicidade, pureza e amor. Para o espiritismo Jesus não é Deus, mas o espírito mais puro enviado por Deus como modelo e guia. É uma religião sem culto externo, sem sacerdócio organizado, sem cerimônias de qualquer natureza, sem intermediários entre a criatura e o Criador. Os adeptos a consideram como uma religião cósmica, tendo o amor como ideal maior.

Recebemos essa filosofia religiosa do francês Allan Kardec, que buscou explicações científicas e combinou elementos do evangelho cristão com o complexo mitológico de carma-samsara (causa e efeito e reencarnação ou transmigração das almas da tradição hindu) para reger a comunicação com os espíritos dos mortos, crença dos indígenas de todo canto. Hoje temos inclusive uma nova vaga de espiritualismo, com a Nova Era dos Estados Unidos, e inclusive uma nova geração de espíritas, que busca explicações para a espiritualidade em diálogo com a ciência atual, da física quântica sobre o cosmos à neurosociologia sobre o humano, assim como Kardec buscou com a do seu tempo, o magnetismo.

Então, caminhando para a conclusão, vamos recorrer a Carlos Rodrigues Brandão, ao analisar o quadro da diversidade religiosa brasileira em “Os rostos de Deus do outro” (2005). Ele sugere um mapa, propondo que imaginemos o espaço em branco de uma folha de papel deitada: “Coloquemos no extremo à esquerda as religiões dos primeiros povoadores do que veio a ser, depois, o Brasil: os povos e as nações indígenas” (BRANDÃO, 2005, p. 23). Após anos de colonização e sincretismo, ainda preservam raízes religiosas. Mas do lado direito, outro lado da folha, coloquemos as religiões minoritárias, tais quais a dos judeus, dos muçulmanos migrantes árabes ou não, o cristianismo ortodoxo dos libaneses e europeus, as diferentes expressões de budismo, de xintoísmo e de confucionismo. Apesar de serem “estrangeiros”, estes grupos guardam em comum com as religiões dos povos indígenas, o “fato de que quase sempre estão restritas ao âmbito de suas próprias comunidades étnicas ou culturais” (BRANDÃO, 2005, p. 24). Não se deve confundir essas religiões antigas com religiões recém-chegadas no Brasil, tais como Seicho-no-Ie e a Igreja Messiânica.

Voltando à “folha”, do lado esquerdo, próximos às religiões indígenas estão “alguns tipos e variações de cultos e de práticas que nem sempre chegam a constituir religiões formais” (BRANDÃO, 2005, p. 25), mas que são significativos como, por exemplo, a pajelança. Junto deles estão expressões religiosas que, a despeito de serem de matriz africana, são recriações expressivas do Brasil: o Candomblé, a Casa de Minas do Maranhão, o Xangô do Nordeste e as Umbandas. Elas possuem em comum a prática da possessão: “todas elas, cada uma a seu modo e com bases em seus mitos e teologias, aceitam a possessão como o modo mais adequado por meio do qual uma divindade, espírito de mortos ou outros tipos de seres (...), entram em comunicação com os humanos vivos” (BRANDÃO, 2005, p. 26). Tomando o princípio da possessão, acrescenta-se ao mapa o espiritismo kardecista e, depois, a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, o Vale do Amanhecer e a Legião da Boa Vontade (que passou a se chamar Religião de Deus).

Caminhando para o lado direito da “folha”, entram as religiões identificadas como cristãs: os catolicismos (populares e romanizados, de renovação e de libertação), os protestantes de imigração como os luteranos e anglicanos e os evangélicos de missão como os presbiterianos, congregacionais, batistas e metodistas. Incluem-se também aí práticas religiosas próximas das cristãs, tais como as Testemunhas de Jeová, Mórmons, Adventistas do Sétimo Dia. Além delas, mas puxando para o lado esquerdo, as Igrejas pentecostais, como as Assembleias de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, e as Igrejas neopentecostais. Assim, mesmo contrário a qualquer associação com as religiões afro, o pentecostalismo, e mais recentemente o neopentecostalismo da Igreja Universal do Reino de Deus, podem ser considerados em certa medida uma religião de possessão, devido aos fenômenos extáticos dos seus cultos.

Finalmente, próximo à margem direita do mapa, junto às religiões de minorias étnicas, devemos acrescentar o Santo Daime e a União do Vegetal. E, no último espaço em branco na “folha” imaginária, entram as religiões orientais como Fé Baha’í, Hare Krishna, Sufismo, Ananda Marga e Brahma Kumaris. Mas talvez precisemos de mais papel do que previu Carlos Brandão, para encon-

trar um cantinho para os paganismos modernos que chegaram, como a bruxaria da Wicca, para os sem religião que não deixam de fazer as suas jornadas espirituais, para uma mística transreligiosa que se manifesta e se esconde em nosso caldeirão cultural brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para o diálogo no campo religioso é uma ‘interface’ necessária para o esclarecimento quanto a diversidade cultural, crenças, filosofias de vida e espiritualidades diversas existentes, de modo a rebaixar a intolerância que gera discriminação, exclusão e, até a violência. É aquela capaz de agregar as pessoas em torno de objetivos convergentes, compartilhar preocupações cotidianas que são comuns a pessoa humana, onde diferentes religiões poderão estar abertas ao encontro, ampliando contextos, a exemplo de causas relacionadas a ecologia, erradicação da pobreza, luta contra as injustiças, defesa dos direitos humanos e, em especial, das minorias.

Convém estabelecer espaços de diálogo respeitoso e solidário entre as diferentes experiências religiosas, de modo a enriquecer a convivência. Reconhece-se assim, a existência da diversidade cultural e religiosa, garantia da liberdade de expressão. Constatou-se a dificuldade, que tem o Estado brasileiro, em tratar da intolerância e violência religiosa, tanto no que diz respeito a identificação como ao acompanhamento das violações.

Vislumbra-se, dentro das várias possibilidades de soluções, a necessidade de espaços para a mediação de conflitos, desenvolver processos de capacitação, de encontro entre grupos e experiências variadas de diálogo e de mediação, no intuito de romper preconceitos, tencionando estabelecer um ambiente de respeito à diversidade religiosa. Portanto, reconhece-se a educação como importante ferramenta na promoção para o diálogo inter-religioso, e no enfrentamento à intolerância religiosa.

EDUCATION FOR RELIGIOUS DIVERSITY IN BRAZIL

Abstract: violence is a phenomenon that manifests itself in different ways, exhibiting different configurations, sometimes touched by religious intolerance, by-products of fanaticism and fundamentalism, as justifications for persecution, genocide, terrorism, ethnic conflicts and various forms of intolerance. Intolerance is not the only motivation for unleashing violence; in certain cases, religion is manipulated and misused to justify conflict. Acts of religious intolerance are hate crimes that harm human freedom and dignity. It is a form of violence, physical or symbolic. These are attitudes that are offensive to different beliefs and religions and to the people who profess them. Given the above, the aim is to emphasize education as a tool with potential to promote inter-religious dialogue. Build and disseminate objective and enlightening information about religions, if necessary. Educate about cultural diversity, beliefs, philosophies of life and different spiritualities, in order to enrich coexistence.

Keywords: Violence. Intolerance. Religion. Education. Interreligious Dialogue.

Nota

- 1 Denúncias de discriminação religiosa recebidas pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos) quando o serviço passou a receber esse tipo de denúncia. Serviço da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal.

Referências

ARAGÃO, G. *O contrário da intolerância não é a tolerância*. Observatório transdisciplinar das religiões no Recife. 29 maio 2016b. Disponível em: <http://www.unicap.br/>

observatorio2/?p=2503. Acesso em: 05 fev. 2022.

ARAGÃO, G. S.; SOUZA, F. C. S. Modelos de ensino religioso. In: JUNQUEIRA, S. R. A.; BRANDENBURG, L. E.; KLEIN, R. (org.). *Compêndio do ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. 407p.

ARAGÃO, G. *Tolerância zero*. Entrevista cedida à Revista PUC Minas. Publicado em 29 de maio de 2016. Belo Horizonte. n. 13. 2016a. Disponível em: <http://www.revista.pucminas.br/materia/tolerancia-zero/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BERKENBROCK, V. *O mundo religioso*. Petrópolis: Vozes, 2019.

BRANDÃO, C. *Os rostos de Deus do outro*. São Paulo: Loyola, 2005.

BRASIL. Ministério das mulheres, da igualdade racial, da juventude e dos direitos humanos. Secretaria especial de direitos humanos. *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011- 2015): resultados preliminares*. Brasília, 2016. 146 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/liberdade-de-religiao-ou-crenca/publicacoes-1/RelatoriosobreIntoleranciaeViolenciaReligiosanoBrasilExpediente2.pdf>. Acesso em: 27 maio 2022.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS - CMI. *Educação para a paz em um mundo multireligioso: uma perspectiva cristã*. Conselho pontifício para o diálogo interreligioso. Vatican City. 2019. Disponível em: https://www.conic.org.br/portal/files/educ_para_mundo_19.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

FONSECA, A. B. C. (org.). *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates*. Brasília: Ministério dos direitos humanos, 2018. 162p.

GUIMARÃES, A. L. C. Análises preliminares da intolerância religiosa na jurisprudência brasileira. In: FONSECA, A. B. C. (org.). *Estado laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

NOVAES, R. R. Religião e conflito: uma introdução ao debate. In: ARAÚJO, M.; CUNHA, C. V. (org.). *Religião e Conflito*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PANASIEWICZ, R. Diálogo inter-religioso. In: RIBEIRO, C. O.; ARAGÃO, G.; PANASIEWICZ, R. (org.). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Recriar, 2020. p. 17-22.

RIBEIRO, C. O. Movimentos inter-religiosos no Brasil e globalização contra hegemônica. *Reflexão*, v. 43, n. 2, p. 277-288, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24220/2447-6803v43n2a4212>. Acesso em: 22 maio 2022.

RIBEIRO, C.; ARAGÃO, G.; PANASIEWICZ, R. (orgs.). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Recriar, 2020.

RONSI, F. Q. Tolerância. In: RIBEIRO, C. O.; ARAGÃO, G.; PANASIEWICZ, R. (org.). *Dicionário do pluralismo religioso*. São Paulo: Recriar, 2020. p. 247-281.

SILVA, E. M. *Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania*. Revista de Estudos da Religião, n. 2. 2004. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf. Acesso em: 27 maio 2022.